PARECER Nº__ AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1/2025

Comissão de Constituição, Legislação, Justiça, Redação e Direitos Humanos

RELATÓRIO

- 1. A Mesa Diretora da Câmara Municipal, com fulcro no art. 68, inciso I da Lei Orgânica c/c o art. 222, inciso I, do Regimento Interno, inaugurou o processo legislativo referente a reforma pontual do Regimento Interno da Câmara Municipal, propondo correções em seu art. 172.
- 2. Na justificativa, a Mesa informa que a atual redação do art. 172 está em descompasso com normas previstas nos Regimentos Internos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais e da Câmara dos Deputados, que preveem que a Presidência pode deixar de receber proposições inconstitucionais, em desconformidade com a Lei Orgânica ou nos casos em que não estejam redigidas com clareza e em observância da técnica legislativa e do estilo parlamentar.
- 3. O Projeto chega nesta Comissão Permanente para análise preliminar e de mérito, primeiramente sobre os aspectos de admissibilidade, constitucionalidade, juridicidade, legalidade e técnica legislativa da matéria, nos termos das alíneas 'a' e 'g', do inciso I do art. 102 c/c o art. 145 do Regimento Interno e em segundo, por se trata de matéria meramente de direito interno submetida exclusivamente à esta Comissão.

FUNDAMENTAÇÃO

4. Analisando a proposta apresentada entendo ser de bom proveito sua apresentação, já que a proposta, além dos motivos expostos pela Mesa Diretora, estaria por compatibilizar o texto do Regimento Interno com o texto do inciso V do artigo 63 da Lei Orgânica, que assim prevê:

Art. 63. O Presidente da Câmara exercerá, entre outras, as seguintes atribuições:

- V impugnar as proposições que lhe pareçam contrárias à Constituição da República, à Constituição do Estado, esta Lei Orgânica e ao Regimento Interno, ressalvado ao autor o recurso ao Plenário;
- 5. Destaco que a iniciativa do Projeto pela Mesa Diretora está amparada pelo art. 68, I, da Lei Orgânica c/c o art. 222, I, do Regimento Interno.
- 6. Dito isto, não encontrei no Projeto nenhuma inconstitucionalidade formal ou material, bem como vislumbro que ele está de acordo com a técnica legislativa, sendo sua admissão medida que se impõe.



Pág.: 1 / 4 - ID. do Doc.: 336.03B - 17/03/2025 - 12:34:05 - ASSINADO POR(1): CPF:107.98*.**6-*4

CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

7. Sobre o mérito e a legalidade do Projeto, entendo, a priori, que ele está em desacordo com a Lei Orgânica, já que o verbete utilizado nessa é "impugnar", enquanto o verbete ou comando utilizado na proposta é o "não recebimento" das matérias. Convém destacar que o "não recebimento" está vigente, sendo que o Projeto apenas amplia o alcance, visando dar conformidade com as Constituições do Estado e da República e com a Lei Orgânica.

8. O desacordo, entendo, reside na divergência entre os poderes conferidos pelos verbetes ou comandos, vejamos seus significados, segundo o Dicionário Priberam da Língua Portuguesa¹:

> Impugnar: verbo transitivo, 1. Pugnar contra; opor-se a (ex.: impugnar uma ideia). 2. Colocar em causa a validade ou legitimidade de algo, mediante argumentação (ex.: impugnar uma multa rodoviária; impugnar um resultado eleitoral).

> Receber: verbo transitivo, [...] 6. Tomar como aceitável (ex.: receber ordens; ela nunca recebe bem os meus comentários). = ACATAR, ACEITAR, ADMITIR \neq RECUSAR

- 9. Contudo, em que pese entender haver divergência, creio que essa Comissão pode solucionar tal controvérsia, propondo nova redação ao art. 172, permitindo, num primeiro momento, oportunidade para o Autor da matéria corrigir eventual falha ou omissão devidamente e formalmente impugnada, e, caso não seja realizada a correção, poderia ser recusado o recebimento.
- 10. Assim, creio, estaríamos por oportunizar um processo mais célere do que o mediato e eventual recurso ao Plenário, estando de acordo com os princípios do contraditório e da economia processual.
- 11. Por fim, independente da aprovação da Emenda sugerida neste Parecer, entendo que o Projeto de Resolução nº 1/2025, deve retornar a esta Comissão para emissão de Redação Final.

CONCLUSÃO

12. Pelo exposto, concluo pela constitucionalidade, juridicidade, legalidade e técnica legislativa do Projeto de Resolução nº 1/2025, assim Voto pela sua aprovação, com a Emenda a seguir transcrita.

> EMENDA Nº , AO PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 1/2025 Dê aos artigos 1º e 2º do Projeto de Resolução nº 1/2025 a seguinte redação: Art. 1°

Dicionário Priberam da Língua Portuguesa, 2008-2025, https://dicionario.priberam.org/, acesso em 16/03/2025.



Pág.: 2 / 4 - ID. do Doc.: 336.03B - 17/03/2025 - 12:34:05 - ASSINADO POR(1): CPF:107.98*.**6-*4

CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

"Art. 172. A proposição que não atenda às exigências constitucionais, legais orgânicas ou regimentais, bem como, a que não esteja redigida com clareza, com observância da técnica legislativa ou do estilo parlamentar, poderá ser devolvida ao autor, em despacho contendo a clara indicação da inconformidade e seu respectivo fundamento legal. (NR)"

Art.	2°		••••	•••	• • •	•••	•••	•••	•••	••	••	
Art	17	2										

"§ 1º-A. Devolvida a proposição, o autor poderá, em até 5 (cinco) dias: (NR)"

"I - anuir com a inconformidade apontada, hipótese em que a proposição não será recebida; (NR)"

"II - efetuar as correções necessárias, devolvendo a proposição para nova análise de recebimento; ou, (NR)"

"III - interpor recurso ao Plenário, visando o recebimento da proposição. (NR)"

Plenário das Comissões Vereador Geraldo Melgaço de Abreu, na data da assinatura eletrônica.

SERGINHO DA RÁDIO Vereador Relator | PL



Cod.

CÂMARA MUNICIPAL DE UNAÍ-MG

Av. José Luiz Adjuto, nº 117, Centro, Unaí - MG, CEP: 38.610-066. CNPJ:19.783.570/0001-23.

Assinatura do Documento



Documento Assinado Eletronicamente por **SÉRGIO HENRIQUE RODRIGUES GARCIA** - **VEREADOR SERGINHO DA RÁDIO**, **CPF**: 107.98*.**6-*4 em **17/03/2025 12:38:31**, <u>Cód. Autenticidade da Assinatura:</u> **1233.7838.531V.K302.2023**, Com fundamento na Lei Nº 14.063, de 23 de Setembro de 2020.



Informações do Documento

ID do Documento: 336.03B - Tipo de Documento: PARECER - Nº 68/2025.

Elaborado por MORENO FERNANDES DE SANTANA, CPF: 070.54*.**6-*0, em 17/03/2025 - 12:34:05

Código de Autenticidade deste Documento: 12Z7.5W34.705W.Z67R.7381





